

1 **ATA 2622ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA** Aos trinta dias do mês de novembro do
2 ano de 2016, às nove horas e cinquenta minutos, teve início em sua Sede, na Praça da
3 República, nº 53, a segunda milésima sexcentésima vigésima segunda Sessão
4 Plenária Ordinária do Conselho Estadual de Educação, sob a Presidência da
5 Conselheira Bernardete Angelina Gatti. Compareceram os Conselheiros Débora
6 Gonzalez Costa Blanco, Décio Lencioni Machado, Francisco Antônio Poli, Francisco de
7 Assis Carvalho Arten, Francisco José Carbonari, Ghisleine Trigo Silveira, Guiomar
8 Namó de Mello, Hubert Alquéres, Jacintho Del Vecchio Júnior, Jair Ribeiro da Silva
9 Neto, Laura Laganá, Márcio Cardim, Maria Cristina Barbosa Storópoli, Maria Elisa
10 Ehrhardt Carbonari, Maria Lúcia Franco Montoro Jens, Nilton José Hirota da Silva,
11 Priscilla Maria Bonini Ribeiro, Roque Theóphilo Júnior, Rose Neubauer e Sylvia
12 Figueiredo Gouvêa. **01. A Senhora Presidente colocou para aprovação as Atas** de
13 nºs 2614, de 21/09; 2617, de 19/10; 2618, de 26/10; 2619, de 09/11; 2620, de 16/11 e
14 2621, de 23/11. O **Cons. Hubert Alquéres** pediu a palavra para comentar que achou
15 ótimo que o Conselho tenha atualizado as Atas, conforme pedido do **Cons. Roque**
16 **Theóphilo Junior**, e sugeriu que durante esta semana as mesmas fossem lidas e que
17 as modificações, que eventualmente possam ocorrer, sejam encaminhadas por email
18 para que sejam feitas as devidas correções e que, na próxima semana, sejam
19 aprovadas em bloco ou eventualmente com algum destaque. A **Presidência** colocou
20 em votação a sugestão do Cons. Hubert Alquéres, a qual foi aprovada por
21 unanimidade. Agradeceu aos funcionários que se esforçaram no resultado deste
22 trabalho. **02.** Justificaram a ausência os Conselheiros Ana Amélia Inoue, João Otávio
23 Bastos Junqueira e Luís Carlos de Menezes. **03. AVISOS E COMUNICAÇÕES DA**
24 **PRESIDÊNCIA:** A Presidência, inicialmente, fez a apresentação da **Senhora Cláudia**
25 **Chiaroni Afuso**, Coordenadora de Orçamentos e Finanças, da Secretaria de Estado
26 da Educação, e em seguida passou-lhe a palavra para que fizesse a exposição do
27 Plano de Aplicação de Recursos da Quota Estadual do Salário-Educação – QESE,
28 para o Ano de 2017. Depois de falar da satisfação de estar no Conselho, a Senhora
29 Cláudia disse que o objetivo da apresentação é realizar esclarecimentos sobre: a
30 síntese da estrutura programática dos anos 2015, 2016; o histórico de liquidação de
31 despesa dos anos 2015 e 2016 (até setembro); Proposta Orçamentária para 2017 –
32 síntese da Estrutura Programática; Dotações Orçamentárias Iniciais dos anos 2015,
33 2016 e Projeto de Lei para 2017. Disse que QESE é uma contribuição social para
34 suplementar despesas; 5% sobre a folha das empresas; parte estadual é de $\frac{2}{3}$;
35 calculada com base no Censo Escolar; é utilizada para ações voltadas à manutenção e
36 desenvolvimento do ensino; é vedado o pagamento de pessoal; e não se aplica na
37 vinculação constitucional. Fez a apresentação de vários gráficos e em seguida a
38 **Senhora Presidente** abriu a palavra aos senhores Conselheiros para comentários,
39 dúvidas e sugestões. Manifestaram-se os Conselheiros Bernardete Angelina Gatti,
40 Priscilla Maria Bonini Ribeiro, Jair Ribeiro da Silva Neto, Rose Neubauer, Francisco
41 Antonio Poli, Francisco José Carbonari, Hubert Alquéres, Laura Laganá, Maria Cristina
42 Barbosa Storópoli. A expositora respondeu, à medida do possível, aos
43 questionamentos e comprometeu-se em enviar por email alguns pontos que ficaram
44 pendentes. A **Presidência** agradeceu a presença da **Senhora Cláudia Chiaroni**
45 **Afuso** e disse que o Conselho aguardará as informações pois as mesmas servirão de
46 subsídio para a relatoria do Parecer QESE 2017 que será feita pelo Cons. Hubert
47 Alqueres e apresentado na próxima sessão. **OBS:** a gravação com a apresentação da
48 Senhora Cláudia, na íntegra, encontra-se à disposição de todos os Cnselheiros com a
49 secretária do Pleno. A **Presidência** deu sequência aos **AVISOS E COMUNICAÇÕES –**
50 **a)** colocado em discussão o Calendário das Sessões – Janeiro/Julho 2017,
51 previamente discriuído o qual foi aprovado por unanimidade; **b)** distribuída cópia da

1 Proposta de Indicação, para início da discussão na Sessão Plenária do próximo dia 07
2 de dezembro, referente ao Proc. CEE nº 398/00, relatado pelas Cons^a Débora
3 Gonzalez Costa Blanco, Ghisleine Trigo Silveira, Maria Cristina Barbosa Storópoli e
4 Rose Neubauer / CE, “*Revisão da Indicação CEE nº 53/2005*”; **c)** distribuída cópia do
5 documento sobre o Posicionamento da Escola de Educação Física e Esporte, da
6 Universidade de São Paulo, a respeito da Medida Provisória nº 746/2016, que
7 estabelece alterações na estrutura e funcionamento do Ensino Médio; **d)** a Senhora
8 Presidente informou que apresentará um relatório detalhado de sua participação na
9 Reunião do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação, realizada em
10 Goiânia, no último dia 23 de novembro, com a participação de vinte e seis Conselhos e
11 do Presidente do Conselho Nacional de Educação. Apresentará, também, para
12 discussão neste Conselho, o documento que foi aprovado pelo Fórum, não assinado
13 por ela, assinado por dezessete Conselhos, referente ao Termo de Acordo sobre a
14 validação da Educação a Distância – Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos,
15 Educação Profissional; **e)** recebimento do livro lançado pelo Conselho Estadual de
16 Educação de Santa Catarina em conjunto com a Editora UNISUL intitulado *Por que o*
17 *Brasil não leva a sério a Educação?*, que traz uma coletânea de artigos de
18 educadores renomados daquele Estado. O exemplar ficará à disposição na Biblioteca
19 deste Conselho. **04. PALAVRA AOS CONSELHEIROS:** a pedido da Senhora
20 Presidente o **Cons. Nilton José Hirota da Silva** falou sobre o *Seminário Evidências*
21 *Internacionais para a Reforma do Ensino Médio no Brasil*, realizado pela Secretaria de
22 Educação Básica do MEC, em Brasília, no último dia 17 de novembro, no qual
23 representou o Conselho. O Conselheiro comprometeu-se em trazer, na próxima
24 sessão, o relato dessa reunião, por escrito, para entregar aos Conselheiros. Comentou
25 que participaram, também, as Conselheiras Ghisleine Trigo Silveira, Guiomar Namó de
26 Mello e Ana Amélia Inoue, que fez parte de uma das mesas. A **Senhora Presidente**
27 agradeceu o **Cons. Francisco José Carbonari** pelo texto trazido sobre o Ensino
28 Médio, de autoria de Simon Schwartzman, intitulado *O que fazer para que a Reforma*
29 *do Ensino Médio dê certo?*, sugerindo que todos leiam o artigo. A **Cons^a Guiomar**
30 **Namó de Mello** informou que escreveu uma pequena Nota Técnica sobre uma questão
31 específica da Medida Provisória, porque está havendo uma crítica muito forte de que os
32 itinerários formativos vão profissionalizar todo Ensino Médio e que a Base Nacional
33 Comum será encurtada por causa do Ensino Médio. Comentou que o texto foi escrito a
34 pedido da Prof^a Maria Helena Guimarães de Castro, Secretária Executiva do MEC, e
35 solicitou que cópia do mesmo fosse distribuída aos Conselheiros. Aparte do **Cons.**
36 **Francisco Antônio Poli** apenas para elogiar o trabalho da Cons^a Guiomar Namó de
37 Mello, pois tem ouvido e lido muita besteira a respeito disso, inclusive entre os próprios
38 educadores. A **Cons^a Guiomar Namó de Mello** disse que teve um problema muito
39 sério no debate que participou na TV Cultura e aproveitou para avisar que todos os
40 dias, às 22h30min, antes do Jornal da Cultura, está sendo apresentado esse programa
41 de debates intitulado: *Medida Provisória/Educação: Novos Rumos*. O que ela participou
42 será exibido na próxima semana. O **Cons. Jair Ribeiro da Silva Neto**, sobre a visita à
43 EE Prof^a Irene Ribeiro, relatou: “é uma escola de anos iniciais, com currículo integrado,
44 que foi desenvolvido com a participação da Prof^a Ghisleine Trigo Silveira, ainda na
45 Fundação Vanzolini, que além de uma carga maior tem toda essa característica de
46 desenvolvimento das habilidades sócioemocionais. Sentimos um grupo entusiasmado
47 de professoras; os resultados da Escola no IDEB são fantásticos, de 5,0/5,5 foi para
48 7,0 e a meta é chegar a 7,5 ainda neste ano; o impacto da formação das habilidades
49 sócioemocionais é fantástico, tanto com os alunos como com os professores e até com
50 os pais, realmente transformou aquela Escola; o que se discutiu, do ponto de vista de
51 crítica ao modelo, foi o custo e a possibilidade de escalabilidade do mesmo em função

1 do número de professores por aluno, que é alto; esse assunto já tem sido levantado, há
2 algum tempo, junto à Secretaria; esse é um modelo que é quase que um ideal; de fato
3 é muito caro para ser replicado e a Secretaria já está desenvolvendo ajustes a esse
4 modelo, para que ele possa ser replicado na rede como um todo. A ideia inicial, pelo
5 menos da Secretaria, era *vamos fazer um modelo muito bom, provar o conceito*, e de
6 fato os resultados estão aí para fortalecer esse *bebê* que está nascendo, tal qual em
7 Pernambuco, que fizeram ajustes ao modelo e hoje conta com 40% da rede do Ensino
8 Médio com Ensino Integral. Agradeço as pessoas que foram à visita”. O **Cons. Hubert**
9 **Alquéres** disse que teve a oportunidade de visitar a escola e que gostou muito.
10 Parabenizou a escola, diretores e professores e a Secretaria pelo Projeto. Não acredita
11 que tenha sido uma crítica os debates que lá aconteceram. Pensa que é um grande
12 desafio a escalabilidade e, como o próprio Cons. Jair colocou, não é fácil. Destacou o
13 envolvimento dos professores e disse que é quase uma constatação, que para
14 melhorarmos a qualidade de ensino no nosso país, temos que contar com uma
15 formação mais adequada e principalmente com o envolvimento, o compromisso dos
16 professores com o trabalho que eles realizam. Parabenizou a Escola e o Projeto. A
17 **Cons^a Sylvia Figueiredo Gouvêa** fez suas as palavras do Cons. Hubert Alquéres,
18 concordando plenamente com o que ele falou. A **Cons^a Ghisleine Trigo Silveira**
19 referindo-se à visita feita à Escola Prof^a Irene Ribeiro, destacou que o modo como eles
20 fazem a gestão pedagógica, com base nos resultados dos alunos, é notável. Comentou
21 que o Cons. Jair Ribeiro da Silva Neto referiu-se apenas ao avanço que eles tiveram no
22 SARESP, IDESP. Fica claro o papel central que tem os resultados da avaliação para
23 orientar as ações de recuperação. Há um diagnóstico preciso aplicado pelas escolas,
24 aplicado nas diferentes turmas e apresentam isso com clareza e isso é fundamental,
25 pois não adianta você investir em informação, não adianta ter recursos para mostrar
26 como tem a plataforma foco aprendizagem, se esses resultados não servem, não
27 orientam a ação cotidiana da escola, no sentido de privilegiar a estratégia e aqueles
28 espaços que permitam fortalecer a aprendizagem dos alunos que de fato têm
29 problemas no desempenho. O **Cons. Jair Ribeiro da Silva Neto** pediu um aparte e
30 disse que o que a Cons^a Ghisleine está colocando é fundamental, e é algo que está
31 sendo replicado na rede, que é o Programa MMR de Gestão de Foco nos Resultados,
32 criado por ela, que dá uma metodologia para implementar esse processo. Foi
33 implementado em todas as escolas de período integral, na Leste 4, e por intermédio do
34 Secretário-adjunto, Francisco José Carbonari, a Secretaria da Educação está
35 pretendendo ampliar para as Diretorias Regionais. O **Cons. Francisco José**
36 **Carbonari** disse que apresentará, oportunamente, um relatório sobre a Reunião do
37 CONSED, que aconteceu na quarta, quinta e sexta-feira da semana passada, na qual
38 representou o Secretário Nalini. Comentou que vários assuntos foram discutidos e que
39 o tema central foi o Relatório do Senador Pedro Chaves sobre a Reforma do Ensino
40 Médio. O Senador estava presente e a principal questão, discutida fortemente, era o
41 aumento para 3000 horas e as alternativas que se teria para o curso noturno. Essa
42 discussão gerou um impasse, mas a informação era que a BNC tivesse 1800 horas.
43 Outro pedido foi o de aumentar a possibilidade das flexibilidades e que as ênfases
44 pudessem ser decididas pelos Estados, além daquelas já estabelecidas, e que
45 aumentasse o tempo da implantação pela dificuldade financeira que os Estados terão.
46 Houve também uma discussão muito interessante onde o Senador Pedro Chaves
47 colocou muito fortemente as pressões que estava sofrendo. As principais delas eram
48 para obrigar Artes, Educação Física, Sociologia e Filosofia. Artes e Educação na
49 Educação Básica. Registrou ainda que chegou às suas mãos a nota da CNBB sobre a
50 reforma do Ensino Médio, que o deixou profundamente escandalizado pelo nível de
51 desinformação. Falaram coisas absolutamente sem nenhum sentido e informou,

1 também, para interesse deste Conselho, que a Secretária Executiva do MEC, Maria
2 Helena Guimarães Castro, o Prof. Rossieli e o Ministro da Educação, Mendonça Filho,
3 enfatizaram que a Res.02/2015, não será alterada. O Ministro da Educação já disse
4 isso para a Prof^a Bernardete, na terça-feira, quando esteve aqui e foi confirmado no
5 Consed. A **Presidência** complementando a fala do Cons. Francisco José Carbonari
6 disse que o Presidente do Conselho Nacional, também falou isso no Fórum, e foi muito
7 questionado pelos Conselhos sobre a prioridade que o Ministério e o Conselho dariam
8 em suas políticas para a Formação dos Professores. O **Cons. Décio Lencioni**
9 **Machado** comunicou que a pedido da Senhora Presidente, representou o Conselho na
10 Audiência Pública realizada no último dia 24 de novembro, pelo Ministério Público de
11 Contas do Estado de São Paulo, que contou com a presença do Procurador-Geral Dr.
12 Rafael Neubern Demarchi Costa, cujo tema foi a aplicabilidade ou não da Lei nº
13 10.436/02, com relação ao ensino de Libras, nas Faculdades Estaduais e Municipais.
14 Disse que teve oportunidade de se manifestar e se colocou, obviamente, como este
15 Conselho, parceiro e atento à necessidade e no mérito, que todos concordam com
16 relação a esta inclusão. Porém, percebeu no início, que o Ministério Público tinha um
17 olhar como se fôssemos adversários dessa problemática. Acredita ter demonstrado que
18 não, até porque dos 15 minutos que tinha para falar permaneceu por mais de 40
19 minutos com perguntas das associações e do próprio Ministério Público, onde teve
20 oportunidade de destacar que este Conselho já se manifestou quanto à legislação de
21 2002, que não é algo simples e o que levou a eles foi a preocupação, tendo em vista a
22 fragilidade da legislação, que é justamente de não conseguirmos implantar o ensino de
23 Libras dentro das nossas necessidades, justamente pela possibilidade de instrumentos
24 jurídicos capazes de garantir a não implementação, porque Lei 10.436/02 que obrigou
25 de forma limitada o ensino de Libras para os Cursos de Formação de Professores, mas
26 como Pedagogia, por exemplo, ela foi regulamentada somente por um Decreto de
27 2005, que no seu entender extrapolou totalmente as regras iniciais. Disse que existe
28 uma confusão enorme entre o conceito de ensinar Libras e tornar como uma disciplina
29 obrigatória e também até uma impossibilidade orçamentária de colocar Libras em todo
30 e qualquer estabelecimento de ensino. Quando colocou algumas dificuldades, o
31 Promotor disse até se haveria possibilidade de chegarmos um meio termo, que
32 tivéssemos pontos ou polos para que direcionássemos os portadores de necessidades
33 para aqueles centros ou polos específicos, onde eles teriam essa inclusão e essa
34 disponibilidade com relação ao ensino de Libras. Disse que seu objetivo foi demonstrar
35 a preocupação do Conselho com relação ao mérito; que o Conselho não está alheio a
36 esse problema e não é adversário, mas tem sim limitações, inclusive legais para que
37 possa chegar naquilo que pelo menos a maioria entenda como razoável. Comentou
38 que estavam presentes associações de alguns municípios representando os portadores
39 de necessidades. Disse, resumidamente, que o Ministério Público estava buscando,
40 através de depoimentos e informações, materialidade para que se possa ser tomada
41 alguma medida com relação ao ensino de Libras, porque em uma fala rápida o
42 Promotor disse: *ah! mas a legislação de 2002 é posterior a LDB, então isso pode*. Por
43 fim, disse que existe ainda um não entendimento jurídico, mas acredita ter sido o
44 primeiro passo dado pelo Ministério Público no intuito de buscar elementos e
45 materialidade para se propor algo futuramente. O **Cons. Jacintho Del Vecchio Júnior**
46 comentou sobre o evento que se realizará no dia 15/2/17, capitaneado aqui pelo
47 Conselho, com a participação do Prof. Dr. Carlos Roberto Jamil Cury e do debatedor
48 Prof. Francisco Aparecido Cordão e a coordenadora da mesa a Prof^a Rose Neubauer.
49 Como tem algumas Instituições a convidar, pediu para a Adriane fazer a remessa da
50 lista preliminar das mesmas para que todos Conselheiros façam a gentileza de revisá-
51 la, para que nenhuma instituição fique esquecida, a fim de que possamos ter um

1 evento, com impacto interessante na comunidade acadêmica. A **Consª Maria Lúcia**
2 **Franco Montoro Jens** comentou que esteve presente no Seminário “Todos na Escola:
3 o Combate à Evasão e Abandono”, realizado no Insper. O estudo foi coordenado por
4 Ricardo Paes de Barros, professor titular da Cátedra Instituto Ayrton Senna, juntamente
5 com outros especialistas. Disse que na ocasião foram debatidas questões relacionadas
6 à crise do ensino e como engajar o jovem na escola. Achou a pesquisa muito
7 interessante e verificou a seriedade desse trabalho através dos resultados do estudo
8 Políticas Públicas para a redução do abandono e da evasão escolar de jovens.
9 Lamentou não ter visitado a Escola Irene Ribeiro, pois estava viajando, mas acredita
10 que muita coisa séria está sendo desenvolvida lá. Comentou sobre as inúmeras
11 manifestações que têm havido, que poderão comprometer a própria aprovação da
12 reforma do Ensino Médio, assim como as manifestações havidas que impediram o
13 governo de levar adiante a tentativa de reorganização da rede. Falou da importância do
14 diálogo e propôs à Presidência organizar alguns grupos, para que todas as
15 experiências relativas à Educação possam ser levadas adiantes. Aparte da **Consª**
16 **Sylvia Figueiredo Gouvêa** que teceu alguns comentários a respeito de uma
17 apresentação que fez, também no INSPER, e um dos aspectos que abordou foi
18 justamente o sentimento dos jovens sobre as escolhas que estão sendo obrigados a
19 fazer. Disse que fez uma apresentação baseada no “Hamlet”, do Shakespeare, que
20 tem uma forte carga psicológica que ele coloca em suas personagens e passa
21 praticamente a peça toda na dúvida. Esse conflito é objeto de análises, e no congresso
22 ICLOC Jovem, apareceram muitos trabalhos de jovens a respeito de doenças como
23 depressão, medo, desorganização e apresentaram trabalhos ligados ao currículo e
24 propondo “remédios” que não fossem medicamentos, buscando uma solução.
25 Comentou sobre a necessidade do Conselho pensar sobre o que o mundo está
26 oferecendo como opção para esses jovens. **05 MATÉRIA DELEGADA: Não houve. 06)**
27 **ORDEM DO DIA: URGÊNCIA E RELEVÂNCIA: Proc. SEE Nº 055/4444/2016 _**
28 **Secretaria de Estado da Educação. O Parecer 359/2016 _** da Comissão de
29 **Planejamento, relatado pelo Cons. Hubert Alquéres, foi aprovado por unanimidade.**
30 **Deliberação: 2.1** A Comissão de Planejamento, nos termos do artigo 2º, III da Lei
31 **Estadual nº 10.403/71, manifesta-se favoravelmente ao termo de Convênio a ser**
32 **firmado entre o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado da Educação, e**
33 **o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP,**
34 **objetivando a realização das atividades relacionadas ao Censo Escolar da Educação**
35 **Básica, referentes ao ano letivo de 2016. 2.2** Os relatórios de acompanhamento dos
36 **Convênios sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação – SEE,**
37 **devem ficar à disposição deste Colendo Conselho. 2.3** Após sua formalização, deverá
38 **ser dada ciência à Assembleia Legislativa do Estado, em cumprimento ao disposto no**
39 **Artigo 116, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93. DISCUSSÃO ADIADA: Proc. CEE**
40 **1796/1973 _** Reatuado em 10/11/2015 _ Conselho Estadual de Educação. A
41 **Indicação 155/2016 _** da Comissão Especial, relatada pelos Conselheiros Ana Amélia
42 **Inoue, Débora Gonzalez Costa Blanco, Hubert Alquéres, Jacintho Del Vecchio Júnior e**
43 **Roque Théóphilo Júnior, foi aprovada por unanimidade. Deliberação CEE 149/16 _**
44 **Estabelece normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino: Nada**
45 **mais havendo a tratar, às treze horas e trinta minutos, a Senhora Presidente declarou**
46 **encerrada a Sessão. Eu, Silvia Regina Ribeiro, lavrei, datei e assinei a presente Ata**
47 **que, após lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. São Paulo, 30 de**
48 **novembro de 2016.....**
49 **Bernardete Angelina Gatti.....**
50 **Débora Gonzalez Costa Blanco.....**
51 **Décio Lencioni Machado.....**

- 1 Francisco Antonio Poli.....
- 2 Francisco de Assis Carvalho Arten.....
- 3 Francisco José Carbonari
- 4 Ghisleine Trigo Silveira
- 5 Guiomar Namó de Mello.....
- 6 Hubert Alquéres.....
- 7 Jacintho Del Vecchio Júnior.....
- 8 Jair Ribeiro da Silva Neto
- 9 Laura Laganá.....
- 10 Márcio Cardim.....
- 11 Maria Elisa Ehrhardt Carbonari.....
- 12 Maria Lúcia Franco Montoro Jens.....
- 13 Nilton José Hirota da Silva.....
- 14 Priscilla Maria Bonini Ribeiro.....
- 15 Roque Theóphilo Júnior.....
- 16 Rose Neubauer.....
- 17 Sylvia Figueiredo Gouvêa